

**07/11/2006: 01900-2004-006-8-00-0 (Acórdão)**

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procurador: Dr. Loris Rocha Pereira Junior

BRASILIT INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Advogado: Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior

RECORRIDO: OS MESMOS

**DANO MORAL COLETIVO** - Sendo o decreto espécie de ato normativo, goza da presunção de legitimidade, imperatividade, e auto-executoriedade, inerentes aos atos desta espécie. Nestes termos, não é correto impor condenação de natureza compensatória àquele que com fundamento em norma desta espécie, que inclui previsão de futura regulamentação de lei, deixa de dar cumprimento a esta última.

## 1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário, oriundos da Sexta Vara do Trabalho de Belém, em que são partes as acima identificadas.

Nos termos da sentença de fls.289/310, o douto Juízo de primeiro grau decidiu rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* e a prejudicial de prescrição. No mérito, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, condenando a empresa-ré a fornecer ao Ministério Público do Trabalho e ao Centro de Atenção em Saúde do Trabalhador do Município de Belém, os dados e documentos referentes a todos os trabalhadores, presentes e passados, com sua perfeita qualificação e identificação, incluindo a ficha de registro e a discriminação de seus endereços, setores de trabalho, funções, cargos, datas de nascimento, datas de

admissão e saída, bem como a entrega dos diagnósticos resultantes das avaliações médicas, sob pena de pagar multa, arbitrada em R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia de atraso. Manteve a antecipação dos efeitos da tutela anteriormente deferida, exceto quanto ao prazo para o seu cumprimento, que passou a ser fixado em 60 dias.

Às fls.315/317, a reclamada opôs embargos de declaração, os quais foram conhecidos, porém rejeitados, conforme decisão de fls. 329/330

Inconformadas, as partes recorrem. O Ministério Público do Trabalho, consoante razões de fls.318/327, e a reclamada, de forma adesiva, conforme fls.338/361.

O autor insurge-se contra a limitação temporal aos últimos 20 anos, imposta para a apresentação de documentos pela empresa. Diz não haver qualquer limitação prevista na Lei nº 9.055/95, reguladora da matéria, razão pela qual deve a mesma ser excluída da condenação. Sucessivamente, requer seja fixado período não inferior a 40 anos, tendo em vista que as manifestações cancerígenas nos trabalhadores, que a lei busca proteger, podem surgir até depois de 30 ou 35 anos de exposição aos agentes insalubres asbesto/amianto.

Aduz que os empregados admitidos após 2002, quando cessou o manuseio do amianto na recorrida, mantêm contato com um ambiente de trabalho seriamente comprometido para a saúde humana, não podendo ser excluídos da proteção jurisdicional, o que justifica a extensão da imposição da obrigação de fazer, também, aos empregados admitidos a partir daquele ano.

Expõe que a recorrida mostrou-se contumaz nas condutas atentatórias à saúde, à segurança, à dignidade e à vida dos trabalhadores, ao descumprir as normas vigentes, e que tal atitude não se ampara no argumento de falta de regulamentação, face à clareza da lei.

Nestes termos, pleiteia a reforma da decisão, a fim de que a recorrida seja condenada ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, em valor não inferior a R\$-1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), a ser revertido em favor do FAT, conforme os termos da inicial.

A reclamada, por seu turno, renova a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, por entender que a presente demanda não envolve a tutela de direitos individuais homogêneos e/ou interesses com ressonância social, tão só direitos e interesses particulares.

Requer o acolhimento da prejudicial de prescrição, alegando que não pode prosperar a tese da imprescritibilidade dos direitos pretendidos, por serem direitos sociais indisponíveis.

No mérito, suscita a existência de fato novo, tendo em vista a edição da Portaria nº 2.572, de 27/12/2005, aduzindo que a mesma veio atender a normatização que sempre alegou ser necessária para fins de eficácia do art. 5º, da Lei 9.055/95. Afirma que com a edição da Portaria 2.572/2005, a ação perde o objeto em sua totalidade.

Contudo, caso não prevaleça o entendimento pela total improcedência da ação, postula a limitação da decisão aos ditames do art. 5º, da lei 9.055/95, e à Portaria 2.572/2005, especialmente quanto aos dados relativos aos trabalhadores que devem ser apresentados.

Nesse aspecto, sustenta não haver obrigação legal em fornecer ficha de registro, indicar endereços, e entregar diagnósticos resultantes das avaliações médicas, haja vista que a Lei 9.055/95 exige apenas a entrega de lista com a informação dos diagnósticos, e não a do próprio diagnóstico.

Aduz que nos termos da Portaria nº 2.572/2005, o *dies a quo* a que estariam as empresas obrigadas a encaminhar a listagem de seus empregados aos órgãos do SUS, corresponde à data da expedição da lei supra referida, qual seja, 1º de julho de 1995, e não de 20 anos atrás, conforme determinado na decisão recorrida, devendo a mesma ser reformada também neste aspecto.

Por fim, pede a revogação da tutela antecipada concedida, a fim de que fique desobrigada de qualquer responsabilidade.

As partes apresentam contra-razões; a reclamada Brasilit nos termos do arrazoadado de fls.364/374, e o Ministério Público do Trabalho, de acordo com a peça de fls. 376/386.

Consta, às fls. 390/391, mandado judicial determinando à empresa o cumprimento da tutela antecipada concedida, devidamente cumprido.

Em cumprimento à ordem contida no mandado, a empresa apresentou petição juntando documentos, conforme fls. 404 e seguintes.

## 2. FUNDAMENTOS

### 2.1. CONHECIMENTO

Conheço de ambos os recursos, porque preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade.

Tendo em vista a natureza e conteúdo da matéria abordada em ambos os apelos, priorizo a análise do recurso da reclamada, procurando, contudo, apreciar conjuntamente as questões comuns a ambos os recursos.

### 2.2.PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - RECURSO DA RECLAMADA

Afirma a recorrente que o autor não está legitimado à propositura da presente ação civil pública, haja vista que o bem da vida pretendido não envolve a tutela de direitos individuais homogêneos e/ou interesses com ressonância social, mas, tão somente, a tutela de direitos e interesses particulares.

Alega que as normas de saúde e segurança ocupacional importam apenas aos empregados que para ela trabalharam, os quais são perfeitamente indentificáveis.

Sem razão.

No presente caso, o Ministério Público do Trabalho busca, pela via da Ação Civil Pública, a condenação da reclamada na obrigação de entregar os documentos referentes aos trabalhadores expostos ao amianto, conforme determina a Lei nº 9.055/1995 e sua responsabilização por dano moral coletivo.

Relata, na inicial, que recebeu denúncia do Centro de Atenção em Saúde do Trabalhador, órgão ligado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Belém e vinculado ao Sistema Único de Saúde, solicitando a adoção de providências, em razão da resistência oferecida pela empresa em proceder à entrega dos referidos documentos.

Diz que notificou a reclamada, tendo a mesma se recusado a cumprir a obrigação, sob a alegação de que a lei não estava regulamentada. Diante da impossibilidade de acerto extrajudicial, viu-se compelido a tomar as medidas judiciais cabíveis.

A natureza do direito pretendido se infere a partir do tipo de pretensão deduzida em juízo.

*In casu*, o que pretende o autor é o cumprimento de obrigação de fazer, a qual, uma vez atendida, atingirá toda a coletividade de trabalhadores da reclamada indistitamente, do que decorre a sua indivisibilidade.

A possível identificação dos trabalhadores integrantes da comunidade formada pelos empregados e ex-empregados da reclamada, somada à indivisibilidade do direito, caracteriza a natureza coletiva *stricto senso* da pretensão nos termos do inciso II, do parágrafo único, do art. 81 do CDC, que define interesses ou direitos coletivos, como sendo os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Segundo o art. 83, III, da LC 75/93,

"art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

....

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos"

Por outro lado, em suas razões de recorrer, a empresa admite que a matéria em debate envolve normas de saúde e segurança ocupacional. Tais normas estão afetas à defesa do meio ambiente do trabalho - espécie, do qual o meio ambiente é gênero.

De acordo com o art. 5º, III, d, da LC 75/93, a defesa do meio ambiente é função institucional do Ministério Público da União, preceito que também se aplica ao Ministério Público do Trabalho, conforme arts. 24 e 84 da mesma lei.

Assim, uma vez caracterizada a natureza coletiva do direito pretendido, e a função institucional do Ministério Público do Trabalho em defendê-lo, impõe-se reconhecer ao *parquet* laboral sua legitimidade para figurar no pólo ativo da presente ação.

Por estes fundamentos, rejeito a preliminar.

### 2.3. DA PRESCRIÇÃO - RECURSO DA RECLAMADA

Insurge-se contra a decisão que considerou imprescritíveis os direitos perseguidos na presente ação. Afirmo que a prescritibilidade é a regra, e que a Lei 7.347/85, que cuida da Ação Civil Pública, foi silente no que pertine à prescrição.

Refere à disposição contida no art. 1º-C da Lei 9.494/97, segundo a qual, quando se tratar de danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadores de serviços públicos, incide a prescrição quinquenal, aduzindo que à falta de lei expressa, deve ser aplicada a prescrição prevista nesta lei, por analogia legal.

Acrescenta que uma vez reconhecida a legitimação ativa do MPT, torna-se inconteste a natureza trabalhista da lide, e por conseguinte, a aplicabilidade da prescrição prevista no inciso XXIX do art. 7º, da CF/88.

A prejudicial deve ser rejeitada.

A pretensão do autor está fundamentada na regra do art. 5º, da Lei 9.055, de 1º de junho de 1995, segundo o qual,

"art. 5º, Lei 9.055/95. As empresas que manipularem ou utilizarem materiais contendo asbesto/amianto da variedade crisotila ou as fibras naturais e artificiais referidos no art. 2º desta Lei enviarão, anualmente, ao Sistema Único de Saúde e aos sindicatos representativos dos trabalhadores uma listagem dos seus empregados, com indicação de setor, função, cargo, data de nascimento, de admissão e de avaliação médica periódica, acompanhada do diagnóstico resultante.

Parágrafo único. Todos os trabalhadores das empresas que lidam com o asbesto/amianto da variedade crisotila e com as fibras naturais e artificiais referidas no art. 2º desta Lei serão registrados e acompanhados por serviços do Sistema Único de Saúde devidamente qualificados para esse fim, sem prejuízo das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde interna, de responsabilidade das empresas"

Trata-se de norma de segurança à saúde do trabalhador, o que resta claro à vista da previsão de que os trabalhadores submetidos a ambiente de trabalho insalubre, em razão do asbesto/amianto, sejam acompanhados por serviços do SUS.

O direito à saúde tem sede constitucional, constando do rol dos direitos sociais expressos no art. 6º da *Lex Mater*:

"art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição"

No mesmo sentido, o Título VIII, da Ordem Social, no Capítulo II, Seção II, intitulada Da Saúde, assim se refere quanto a este direito fundamental:

"art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

"art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado"

Os comandos constitucionais supra mencionados evidenciam a natureza indisponível do direito perseguido através da presente ação, do que resulta a sua imprescritibilidade.

Nada a acolher.

## 2.4. MÉRITO

### 2.4.1. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER - LIMITAÇÃO TEMPORAL IMPOSTA PELA SENTENÇA - FATO NOVO - RECURSOS DA RECLAMADA E DO MPT

A reclamada alega que não estava obrigada ao cumprimento da determinação fixada na r. decisão, ao fundamento de que a Lei 9.055/95, nos termos do Decreto 2.350/97, não havia sido regulamentada.

Expõe que após ter sido proferida a r. sentença, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.572, de 27/12/2005, veio a atender o requisito da regulamentação, conforme determinação contida no art. 12, do Decreto 2.350/97, o que confirma a tese por ela defendida, no sentido de que não poderia atender ao pleito ministerial por falta de normatização, da parte do Poder Público, quanto aos procedimentos para a entrega dos documentos, mencionados na peça inaugural.



Registra que tal atitude não foi motivada em razão dos custos, e sim pela falta de uniformização de procedimentos, o que poderia gerar uma série de determinações desencontradas em todo o Brasil, causando sérios transtornos às empresas envolvidas.

Diz que com a edição da Portaria 2.572/2005, a ação perde o objeto em sua totalidade, já que não pode haver critérios diferenciados entre as empresas que trabalham ou trabalharam com o amianto.

Caso venha a ser mantida a condenação, pede para que seja fixada a limitação temporal à data da edição da Lei 9.055/95, e não aos 20 anos pretéritos, conforme decidido pelo juízo de primeiro grau.

Outrossim, alega que a sentença recorrida cometeu excessos ao determinar a apresentação de informações não previstas na legislação, como ficha de registro, discriminação de endereços, e exigência de entrega de diagnósticos resultantes das avaliações médicas.

De outra banda, o Ministério Público do Trabalho também se insurge contra a limitação temporal em 20 anos, desta feita para postular a não fixação de qualquer prazo, ou, sucessivamente, caso entendido que a obrigação no fornecimento dos documentos deva atender a uma limitação temporal, que a mesma seja fixada para um período de no mínimo 40 anos.

Para subsidiar sua tese, expõe que os empregados da Brasilit, expostos à agentes cancerígenos, como é o caso do asbesto/amianto, merecem um tratamento especial, dado o grau de agressividade de tais agentes à saúde do trabalhador.

Prossegue dizendo não ser correto comparar a situação destes empregados à de outros, sujeitos a situação regular e corriqueira na relação empregado x empregador. Nestes termos, a NR-7, que obriga o empregador a conservar os Atestados de Saúde Ocupacionais- ASO, pelo prazo de 20 vinte anos, não deve ser invocada por analogia ao caso presente.

Acrescenta que os estudos médico-científicos envolvendo os trabalhadores expostos ao asbesto/amianto dão conta de que os efeitos nocivos da exposição podem ocorrer em prazo superior a 35 anos de exposição, o que foi confirmado pelo próprio preposto da BRASILIT.

Ressalta que a Lei 9.055/95 não impõe qualquer limitação temporal à apresentação de documentos pelas empresas que tenham exposto seus empregados aos referidos agentes cancerígenos.

No que tange à exclusão da obrigação em prestar informações relativas aos empregados admitidos após 2002, data em que a empresa deixou de manusear o amianto, entende igualmente indevida, aduzindo que até mesmo esses empregados manterão contato com um ambiente de trabalho seriamente comprometedor para a saúde humana, haja vista que a contaminação das instalações fabris não cessa no dia imediatamente após o seu manuseio, razão pela qual requer seja estendida a imposição da obrigação de fazer também a esses empregados.

A matéria em debate envolve discussão acerca da eficácia do art. 5º, da Lei 9.055/95. Alega a reclamada que não estava obrigada a cumpri-lo, uma vez que este não havia sido regulamentado, conforme previsão contida no art. 12 do Decreto nº2.350/97, da Casa Civil, *in verbis*:

"art. 12, Decreto 2.350/97. As empresas de extração e industrialização de asbesto/amianto encaminharão, anualmente, à Secretaria de Saúde do Estado ou do Município, a listagem de seus empregados, de acordo com os critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Saúde"

O decreto presidencial está previsto no art. 84, IV, da Constituição Federal de 1988, como forma pela qual o Presidente da República viabiliza a fiel execução das leis. É forma de exteriorização do Poder Regulamentar, conferido à Administração Pública, de editar atos gerais para complementar as leis e permitir sua aplicação. Desta forma, deve se limitar a complementar a lei, não podendo alterá-la, sendo inválido naquilo que extrapole o poder de regulamentação.

No presente caso, o art. 5º, da Lei 9.055/95, supra transcrito, é minudente quanto aos órgãos que devem receber os documentos, bem como quanto ao conteúdo das informações. Assim, a princípio, não há razão para que o decreto que teria a função de complementá-la, contenha previsão de que sua regulamentação dependeria de ato normativo posterior.

Considerando que a Portaria, referida pelo Decreto 2.350/97 já foi editada, é de bom alvitre averiguar se esta acrescentou algum conteúdo regulamentar à norma primária. A Portaria em questão é a de nº 2.572, de 27 de dezembro de 2005, editada pelo Ministério da Saúde, publicada no Diário Oficial de 29 de dezembro de 2005, e reza, em seu art. 2º, as seguintes determinações:

"art. 2º, Portaria 2.572/05. Determinar que todas as empresas que lidam com asbesto/amianto ou materiais que o contenham, bem como com as fibras naturais ou sintéticas citadas no art. 2º, da Lei nº 9.055/95, assim com as ex-empresas do ramo, encaminhem listagem única dos seus empregados ao órgão responsável pelo gestão do SUS.

§ 1º. A listagem e as informações referentes aos trabalhadores em exercício, independentemente de notificação por parte do SUS, deverão ser encaminhadas anualmente, impreterivelmente, até o primeiro dia útil do mês de julho, devidamente protocoladas na Secretaria Municipal de Saúde - SMS do município onde a empresa esteja situada.

§2º . A listagem referente ao exercício de anos anteriores, a contar do dia 1º de junho de 1995, poderá ser requisitada por meio de notificação pelo órgão competente, tendo a empresa até 30 (trinta) dias úteis para sua entrega"

Fazendo uma análise comparativa entre os dispositivos em comento, a saber: art. 5º, Lei 9.055/95; art. 12, Decreto 2.350/97; e art. 2º, Portaria 2.572/05, concluo que esta última nada acrescentou, à exceção da fixação do prazo até o primeiro dia útil do mês de julho.

Contudo, à vista dos fatos narrados na inicial, dando conta de que a documentação foi solicitada à reclamada pelo Centro de Atenção em Saúde do Trabalhador e pelo Ministério Público do Trabalho, aliada à previsão legal de que esta fosse enviada anualmente, deixa de representar justificativa razoável para recusa da reclamada, a falta de fixação de uma data específica para o adimplemento da obrigação.

Por esta razão, mantenho a sentença que condenou a reclamada a fornecer ao Ministério Público do Trabalho e ao Centro de Atenção em Saúde do Trabalhador do Município de Belém, a documentação referida no art. 5º, da Lei 9.055/95.

No que pertine à limitação temporal para a apresentação da documentação, entendo que a razão está com a reclamada.

Conforme art. 5º, II, da CF/88, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Portanto, somente a partir da publicação da Lei, e de sua entrada em vigor, quando passou a surtir efeitos, nos termos do art. 6º, da LICC, é que a empresa se viu obrigada ao cumprimento do disposto no art. 5º, da Lei 9.055/95.

Considerando que o art. 13, da Lei em comento, prevê a sua entrada em vigor na data de sua publicação, é a partir desta data, ou seja, 1º de junho de 1995, que as regras contidas na mesma passam a surtir efeitos.

Não é possível estabelecer analogia com a NR-7 que em seu item 7.4.5.1 obriga as empresas a manterem por período mínimo de 20 anos, após o desligamento do trabalhador, os dados referidos no item 7.4.5. Ocorre que os dados mencionados neste último item dizem respeito apenas àqueles obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, ou seja, não alcançam todos os elementos descritos no art. 5º, da Lei 9.055/95.

Assim, não estando a empresa obrigada a manter em seus arquivos todos os dados mencionados no referido artigo, a exigibilidade para que assim proceda, só

passou a existir a partir da vigência da Lei, como, aliás, estabelece o §2º, da Portaria nº 2.572/2005.

Ainda em atenção ao princípio da legalidade, a obrigação da reclamada deve ser limitada ao fornecimento dos dados mencionados na lei, ou seja: listagem dos empregados, com indicação de setor, função, cargo, data de nascimento, de admissão e de avaliação médica periódica, acompanhada do diagnóstico médico resultante.

Nestes termos, deve ser modificada a r. sentença, para excluir da condenação a obrigação de fornecer listagem contendo ficha de registro e endereço dos empregados. Mantida quanto a apresentação de diagnóstico médico, eis que previsto em lei.

Sob o mesmo fundamento, nego provimento ao pedido do MPT, para que a imposição da obrigação de fazer seja estendida a todos os empregados, inclusive àqueles admitidos após o ano de 2002, quando a empresa deixou de manusear o amianto.

A lei vincula apenas as empresas que estejam manipulando ou utilizando materiais contendo asbesto/amianto, e não aquelas que manipularam ou utilizaram da substância, como se infere a partir do tempo verbal empregado: "as empresas que manipularem ou utilizarem materiais contendo asbesto/amianto...."

Desta forma, a partir do momento em que a reclamada deixou de utilizar as referidas substâncias insalubres, a norma em comento não mais se aplica aos seus empregados, ante a inexistência de preceito normativo que lhe imponha o cumprimento de tal obrigação.

#### 2.4.2. DO DANO MORAL COLETIVO - RECURSO DO MPT

Pleiteia o recorrente a reforma da decisão que indeferiu o pedido de indenização por dano moral, em valor não inferior a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), a ser revertido em favor do FAT.

Sustenta que a conduta da ré é violadora não só da dignidade do trabalhador afetado pelo agente cancerígeno, como também atinge um sentimento coletivo, social, de dignidade.

Considera incorreto o entendimento de que a atitude da reclamada estivesse amparada no preceito do art. 12, do Decreto 2.350/97, uma vez que tal norma pretendia regulamentar lei que não trazia qualquer limitação, tampouco impunha qualquer critério para o fornecimento dos documentos relativos aos empregados das empresas que manuseassem o asbesto.

Registra que da forma como agiu, demonstrou a reclamada total desrespeito à ordem jurídica e ao Estado, dando ensejo a uma lesão de natureza difusa, experimentada não só pelos trabalhadores, mas também por toda a sociedade, de total impotência e desamparo jurídico, sentimento esse que é reforçado a partir da declaração do seu preposto, que revela ser o aumento de custo o verdadeiro fundamento para recusa empresarial em fornecer cópias dos documentos dos trabalhadores aos órgãos competentes.

A decisão não merece reformas.

Em que pese ter sido reconhecida a desnecessidade de regulamentação do ato legislativo primário, o fato é que o decreto presidencial faz expressa referência à posterior regulamentação.

Sendo o decreto espécie de ato normativo, goza da presunção de legitimidade, imperatividade, e auto-executoriedade, inerentes aos atos desta espécie. Nestes termos, não é correto impor condenação de natureza compensatória àquele que com fundamento em norma desta espécie, que inclui previsão de futura regulamentação de lei, deixa de dar cumprimento a esta última.

Tal ilação decorre do conceito de Estado Democrático de Direito, segundo o qual, a todos, sem distinção, é imposto o cumprimento das leis. Assim, se o conjunto normativo, lei e decreto, sinalizavam para futura regulamentação, não pode a reclamada ser penalizada pelo descumprimento da lei, ainda que judicialmente venha a

ser reconhecida a plena eficácia da lei, a despeito do disposto no decreto regulamentador.

Por fim, registro que o preposto da empresa, embora faça referência a um aumento de custo gerado pelas diversidades dos documentos solicitados por vários órgãos no Brasil inteiro, às fls.262, não afirma que o descumprimento da obrigação tenha se dado unicamente por esta razão.

Nada a deferir.

Ante o exposto, conheço de ambos os recursos, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e a prejudicial de prescrição; no mérito, nego provimento ao apelo do Ministério Público do Trabalho e dou parcial provimento ao recurso da reclamada, para fixar a limitação temporal à data da edição da Lei 9.055/95, e determinar que os dados e documentos referentes aos trabalhadores a serem fornecidos pela reclamada sejam os discriminados nesta lei. Mantida a r. decisão em seus demais termos, inclusive quanto as custas.

### 3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO; NO MÉRITO, TAMBÉM SEM DISSENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA, PARA FIXAR A LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO À DATA DA EDIÇÃO DA LEI 9.055/95, E DETERMINAR QUE OS DADOS E DOCUMENTOS REFERENTES AOS TRABALHADORES A SEREM FORNECIDOS PELA RECLAMADA SEJAM OS DISCRIMINADOS NESTA LEI. MANTIDA A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO AS CUSTAS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 31 de outubro de 2006.

**ODETE DE ALMEIDA ALVES**

**Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora**